

Entrevista

Entrevista com a nigeriana Florence Etta [negra]: “Avaliação é uma necessidade humana, uma religião com r minúsculo e um exercício técnico”

Melissa Pomeroy [Branca]^{1*}, Rogério Renato Silva [Branco]²

¹Articulação SUL, São Paulo, SP, Brasil

²Pacto Organizações Regenerativas, São Paulo, SP, Brasil

COMO CITAR: Pomeroy, Melissa, & Silva, Rogério Renato. (2021). Entrevista com a nigeriana Florence Etta: “Avaliação é uma necessidade humana, uma religião com r minúsculo e um exercício técnico”. *Revista Brasileira de Avaliação*, 10(1), e101021. <https://doi.org/10.4322/rbaval202110010>

Você poderia nos contar sobre quem você é e onde suas atividades profissionais atuais estão?

Eu me descrevo como feminista porque estou comprometida com o alcance e a garantia dos direitos das mulheres; mas não uma feminista radical, eu me descrevo com um pouco mais de cuidado, como uma feminista cultural; a razão é que há tons no feminismo e alguns desses tons são impregnados de cultura. Concordamos com os grandes eixos de apoio aos direitos das mulheres e às questões das mulheres, mas há uma ligeira diferença entre uma feminista radical e uma feminista cultural. Sou uma feminista cultural, também formada em Psicologia da Educação.

Fui treinada para ser professora e a avaliação é parte integrante deste trabalho. Lecionei em instituições de ensino superior na Nigéria, de onde venho, por 16 anos. Então, por acaso, minha família mudou-se da Nigéria para o Senegal, onde comecei a trabalhar com desenvolvimento internacional. Em seguida, mudamos do Senegal para o Quênia e passei 6 anos trabalhando com o *International Development Research Center* (IDRC), em uma posição de avaliação muito interessante. Ingressar no IDRC fez meu trabalho de pesquisa e avaliação entrar em todo vapor e foco e, desde então, permaneço nesta área. Foi a primeira grande aposta desta instituição em um Programa de Tecnologia da Informação e Comunicação para o Desenvolvimento (ICT4D) no continente e foi criada uma equipe interna de monitoramento e avaliação. Quando saí do IDRC, me tornei uma consultora independente; desde então tenho feito consultoria e avaliação independente em ICT4D e em outros setores sociais. Na minha prática de consultoria, faço pesquisa e avaliação sob a perspectiva de igualdade de gênero. Às vezes é difícil incluir esta perspectiva, especialmente se quem contrata não está interessado.

Também atuei nos espaços globais de avaliação, fiz parte da diretoria da Associação Internacional de Avaliação de Desenvolvimento (AIAD) e depois fui presidente da Associação de Avaliação Africana (AfrEA). Fui também membro da Sociedade Canadense de Avaliação, Sociedade Europeia de Avaliação, Sociedade de Avaliação do Quênia e até da Associação de Monitoramento e Avaliação Sul-africana. Como presidente da AfrEA, aderi a estas associações para compreender como funcionavam. Também fui fundadora da Associação Nigeriana de Avaliação e pertencço a três redes globais de avaliação. A Rede EVALSDGs¹ é uma delas e esse espaço é para poder levar o conhecimento sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a comunidade de avaliação e outras fronteiras nacionais. Eu pertencço à EvalAgenda Plus porque é meu lar natural como feminista e ativista. Também pertencço ao *EvalIndigenous* e, para mim, talvez este tenha sido o espaço mais emocionante até hoje.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Novembro 04, 2020

Aceito: Novembro 11, 2020

***Autor correspondente:**

Melissa Pomeroy

E-mail: melissapomeroy@gmail.com



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

¹ A Rede EVALSDGs é uma iniciativa de formuladores de políticas públicas, instituições e consultores que advogam pela avaliação do alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG).



Sou nigeriana de nascimento, tenho valores descaradamente africanos e estou comprometida com a africanidade, mas acho que posso dizer que sou uma cidadã do mundo. E o que me mantém no campo da avaliação? Paixão e compromisso de mostrar que a pesquisa e a avaliação podem contribuir para impactar os africanos, pessoas pobres e marginalizadas em todos os lugares, especialmente as mulheres e meninas. Então, esta sou eu em poucas palavras.

O que é avaliação para você? O que você leva em consideração quando faz avaliações? Quais valores te ancoram ou guiam seu trabalho em avaliação?

Para mim, avaliação é uma necessidade humana, uma religião com um 'r' minúsculo e um exercício técnico. É uma necessidade humana porque todos os esforços humanos precisam ser avaliados para que julgamentos sobre eles possam ser feitos.

E por que digo "religião com r minúsculo"? É porque tem-se que acreditar na avaliação. Se você não acredita, você não a promoverá. A época em que vimos o maior movimento de monitoramento e avaliação no Quênia foi quando o presidente Mwai Kibaki e seu gabinete quiseram mostrar às pessoas o que estavam fazendo. Eles acreditaram no valor da avaliação para mostrar o que estava dando certo, então eles queriam mostrar às pessoas o que fizeram e suas respostas aos problemas que encontraram; e então eles avaliavam. Portanto, se você não acredita no valor da avaliação, não investirá nela. É por isso que eu disse que é um pouco como uma religião: se você não acredita, você não vai impulsioná-la.

Sendo um exercício técnico, deve então ser bem executado, de ser equilibrado e contar com técnicas e ferramentas sólidas; do contrário, as duas dimensões anteriores, necessidade e credibilidade, serão comprometidas.

Você acha que a avaliação tem efetivamente ajudado a garantir os direitos fundamentais das pessoas e apoiado os países em sua trajetória de desenvolvimento? O que sua experiência revela?

Minha resposta é um grande não. E por que isso? Em primeiro lugar, quero dizer que o que chamamos de avaliação agora, quando começou era chamada de "avaliação da ajuda" e então tornou-se "avaliação do desenvolvimento". Esta avaliação está relacionada com o movimento de investimento que doadores fazem para apoiar projetos de desenvolvimento nos países beneficiários. Por sua vez, os doadores têm governos e legislações aos quais reportar. Eles têm que reportar não só sobre o orçamento da "ajuda", mas também sobre como os resultados. Portanto, para cada dólar gasto no desenvolvimento, esses projetos precisaram ser avaliados muito seriamente porque precisam ser reportados.

Consequentemente, a avaliação do desenvolvimento adquiriu essa "coloração" de doadores perguntando como está o projeto e, infelizmente, tornou-se um processo de policiamento; muitas vezes sobre o uso do dinheiro. Um dos principais princípios da Declaração de Paris sobre Efetividade da Ajuda foi o alinhamento em torno de indicadores para avaliação da efetividade da ajuda, e tinham tudo a ver com dinheiro. Três quartos dos indicadores eram sobre alinhamento, e do que tratavam? Queriam demonstrar que os sistemas nacionais deveriam estar alinhados aos sistemas dos doadores, para que estes pudessem rastrear o dinheiro com facilidade. Portanto, não era sobre quão bem iam intervenções, não era necessariamente um exercício de aprendizagem. Não se tratava de "o que funcionou para que possamos fazer funcionar 'melhor'", mas sim de perguntar: "o dinheiro foi gasto corretamente?".

Isso aconteceu no mundo todo, e não estou desresponsabilizando ninguém. Não estou desresponsabilizando os meus governos ou a África. Por falar nisso, há corrupção em todos os lugares. Os governos devem tentar garantir que o dinheiro destinado a determinadas intervenções seja usado de maneira adequada, mas eles não precisam ficar obcecados. Ao invés disso, eles devem tentar descobrir se "algo de bom veio desse projeto". E também tentar impedir o desvio de verbas, porque há desvio em todos os lugares.



A questão é que, em vez de olhar para o que podemos aprender com a avaliação, a maioria dos países, a maioria de nós na África e em outros países em desenvolvimento, ficou com a impressão de que a avaliação tornou-se um instrumento de controle e policiamento. A principal lição era: "Avaliação? É boa para os doadores, mas talvez não seja boa para nós". A partir dessa história, temos uma situação em que, mesmo agora, a maioria das pessoas que tenta fazer avaliações e aí, claro, nós também como avaliadores, fomos ensinados a partir dessa perspectiva de policiamento. Aprendemos as técnicas de avaliação e acreditamos que, se usarmos as técnicas, seremos vistos como práticos e, no entanto, como você pode ser prático se estiver usando ferramentas que foram criadas, esculpidas e finalizadas total e completamente dentro de outro contexto ou meio cultural?

Por que o tema gênero é tão importante nas avaliações? Como você integra efetivamente uma perspectiva de gênero nas práticas de avaliação? Quais são os desafios?

A avaliação transformativa de gênero é a chave para revelar, compreender e oferecer caminhos para mudar as relações de gênero e poder. Então, precisamos entender essa noção de gênero, entender como isso afeta as pessoas. As pessoas nascem homem ou mulher, ou optam por se apresentar e serem tidas e tratadas como homem ou mulher, ou qualquer outra coisa, então nosso sexo é uma dimensão significativa de quem somos, de nossas personalidades, é aquilo que dá cor às nossas vidas. Independente se o escolhemos ou o aceitamos, às vezes isso realmente impacta os resultados de nossas vidas, e é incontestável que os resultados e o privilégio humano se baseiam em algumas coisas.

Uma dessas coisas é o seu sexo, o seu gênero - seja lá da forma como você o enxerga -, sua cor ou seu status socioeconômico. Sua cor e seu gênero não podem ser escondidos. Muitas vezes o privilégio humano não é algo que está legislado, apenas acontece... Você entende isso quando se está em certos espaços, quando está sentado em certos lugares ou pertence a certos grupos. Ao longo do curso da História os humanos que têm privilégios se apegam a eles e não se desprendem deles facilmente. E deste modo, a base do privilégio humano é demonstrável em pessoas que o têm e entre que não o têm, entre pessoas que podem e outras que não podem fazer certas coisas.

Em certo sentido, a maioria das sociedades é baseada no privilégio. Não há muitas sociedades que tenham igualdade naturalmente. A Segunda Guerra Mundial gerou o consenso de 1945 em torno dos direitos humanos, que foram aceitos, de certa forma, como algo pelo qual lutar. Como resultado, temos a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Alguns desses são direitos naturais, alguns desses são forçados. Um desses direitos é a igualdade de gênero, os direitos das mulheres. Felizmente, temos algo, um documento, um consenso de que o fato de você ser mulher significa que você deve ter os mesmos direitos ou direitos iguais aos dos homens, porque os privilégios dos homens são imensos, simplesmente por ser um homem. Sou muito grata pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1945. Nesse sentido, temos uma estrutura global de luta por direitos que acho que é importante.

Mas, nesse sentido, por que estamos pensando em gênero na avaliação?

A questão é que todas as intervenções de desenvolvimento influenciam as pessoas de maneira diferente e, às vezes, influenciam as mulheres de maneira diferente dos homens. E nós - sejam aqueles que estão pesquisando o desenvolvimento, promovendo o desenvolvimento, legislando para o desenvolvimento ou em qualquer espaço que ocupamos que tenha alguma pequena autoridade - devemos estar interessados em ver as diferentes influências, ou o impacto da intervenção, para o desenvolvimento nos homens e nas mulheres, nas pessoas mais velhas e mais jovens, quaisquer que sejam as dicotomias ou diferenças com as quais estamos lidando. É imperativo para nós. É algo que precisamos fazer para descobrir como as intervenções que apoiamos, encorajamos, ou que nós mesmos promovemos, influenciam diferentes pessoas de formas diferentes, o que para mim é a base para tentar obter uma boa avaliação de gênero responsiva ou transformativa.



Portanto, temos uma situação em que há intervenções de desenvolvimento e então temos posições privilegiadas: privilégios masculinos, geográficos, de cor, de descendência. E tendo em vista todas essas interseccionalidades diferentes, pelo menos tentamos e conseguimos dar às mulheres uma fatia razoável dos projetos de desenvolvimento. Como podemos fazer isso? Pela minha experiência, algumas estruturas de avaliação são melhores do que outras quando você está comprometida com a igualdade de gênero. Essa família de abordagens de avaliação, que promove o empoderamento participativo, ajuda a dar voz. Por exemplo, a abordagem de mapeamento de resultados é muito dependente dos resultados tais como considerados pelas pessoas. A abordagem processual faz com que você, avaliador, dê atenção a diferentes tipos de pessoas. Portanto, você pode pelo menos ter algumas abordagens equilibradas.

Em meu pequeno papel pessoal como membro da Rede de Avaliadores de Gênero e Desenvolvimento da África (AGDEN), desenvolvemos o que chamamos de abordagem prática e estrutura conceitual. A abordagem prática é basicamente voltada para avaliadores: o que você pode fazer quando tiver uma avaliação? Como tornar as avaliações sensíveis a gênero através da combinação criativa de critérios de avaliação? Mas, para nós, é como a última peça do quebra-cabeça. Essa é a menor peça e, no entanto, a mais crítica, pois é onde se espera que façamos uma grande diferença.

O que a AGDEN propôs em termos de estrutura conceitual?

AGDEN propôs estruturas para sistemas de avaliação nacionais, uma "abordagem ecossistêmica" para incorporar a questão de gênero à avaliação. Reconhecem-se três níveis: o primeiro nível é o que chamamos de nível macro, estamos falando de estratégias nacionais, políticas nacionais, leis nacionais, e o aspecto primordial para este nível é a Constituição. Então temos que começar por aí e olhar para a Constituição: isso cria alguma oportunidade? Dá voz? Diz que mulheres e homens têm direitos iguais? Se isso acontecer, fabuloso. O segundo, o nível meso, filtra o nível macro: no nível meso, o/a avaliador/a quer perguntar: "O Ministério ou a organização tem alguma política de monitoramento ou avaliação própria?". Se a política em nível nacional não estiver disponível, que tal uma política ministerial interna? Existe alguma? Como o governo fala sobre livros azuis, livros brancos ou papéis amarelos? Há documentos de política que vinculam o pessoal do Ministério? Novamente, o/a avaliador/a precisa procurar por isso, está lá? Por fim, há o micronível da avaliação individual: no qual o/a avaliador/a deve ditar e orientar o que se pode fazer para promover uma avaliação responsiva ou transformativa de gênero.

Por exemplo, em 2019, fomos encarregados de fazer um estudo no Quênia para descobrir como o sistema nacional era sensível a gênero. Um resultado interessante foi que o Quênia adotou uma nova Constituição, logo depois de se tornar uma República. O processo de obtenção da Constituição foi incrível, foi absolutamente participativo. A Constituição foi aprovada em 2010. Na Constituição há um capítulo inteiro sobre a Declaração de Direitos, que garante direitos iguais e é extensa. Desta forma, temos isso e também temos algumas instituições financiadas pelo dinheiro dos contribuintes quenianos que tratam de direitos e igualdade de direitos. Temos a Comissão de Gênero e Igualdade e duas Comissões de Direitos Humanos: uma que é a Comissão Governamental de Direitos Humanos e outra nacional, que é apoiada por doadores. Então, existem essas Comissões e ficamos felizes pelo fato de que a Constituição apoia a igualdade de gênero.

Então você vai para o próximo nível, dos Ministérios ou órgãos do governo. Antes de mais nada, existe algo próximo de uma política nacional de avaliação? Se encontrarmos algo, isso é uma boa marcação, é uma marcação em termos de "sim, esse nível é bom". No Quênia, a política está suspensa ainda. Foi redigida e reformulada, mas ainda não foi aprovada pelo governo, pelo gabinete ou pelo legislativo. Portanto, não existe uma política nacional e o próximo passo é olhar os ministérios.

Vamos pegar o Ministério do Planejamento. Se deseja-se monitorar projetos de governo, deve haver algum tipo de infraestrutura no Ministério do Planejamento para apoiar isso. De fato, há um Departamento de Monitoramento e Avaliação no Ministério do Planejamento



Nacional e esse departamento é na verdade um departamento pequeno, e que recebeu apoio em mandatos anteriores. Na época, era o Presidente Mwai Kibaki, surfando na crista da onda do progressivismo. Eles tinham uma estratégia nacional de desenvolvimento que queriam monitorar de perto, e, para isso, criaram este sistema de monitoramento, chamado de Sistema Nacional de Monitoramento e Avaliação (NMES). Ele foi implantado no Ministério do Planejamento e criaram uma diretoria para ele. Mas depois de alguns anos, ele está simplesmente parado lá, sem fazer nada. A outra coisa que acontece é que o Ministério do Planejamento designa uma equipe para apoiar o acompanhamento dos projetos de desenvolvimento. São oficiais econômicos que são enviados para todos os ministérios, mas não têm formação em avaliação, são economistas. Então, o que descobrimos foi que no nível macro, no nível mais alto, havia um forte apoio para abordagens mais sensíveis à questão de igualdade de gênero, mas no nível meso o apoio era muito fraco. E se no nível meso é fraco, você pode imaginar o que vai acontecer no micronível?

Analisamos também o micronível, uma avaliação no Ministério da Saúde e no Ministério da Educação. Eles tinham um melhor monitoramento, não necessariamente avaliações, pois precisavam de estatísticas para mostrar como estavam indo. Do lado da Educação, indicadores como progressão entre séries, resultados finais de séries, desempenho dos alunos. Já na saúde, número de casos de HIV e malária. Então esses dois Ministérios têm uma cultura de coleta e relatórios sobre dados, mas não é natural desagregar os dados por gênero para ver quais tendências estão surgindo. Agora, quando você vem para a avaliação em si, o que eu descobri é que muitas vezes os métodos, ou mesmo as questões de avaliação, geralmente são cegos quanto a gênero, ou sequer têm consciência de gênero. É abordado de forma muito minimalista. Mesmo no processo de avaliação, os próprios avaliadores não se sentem compelidos a tentar abrir a caixa de gênero.

Então, basicamente, o que estamos tentando dizer é que, para tornar a avaliação sensível a questão de gênero, devemos subir esses três níveis e o que estamos sugerindo é que, onde quer que você se encontre, deve usar esse espaço da forma apropriada com as estratégias que são, de certa forma, adequadas para o espaço em questão. Se você é um ministro do governo, procure uma política nacional. Se você é um deputado ou o chefe de um ministério, se não há uma política nacional na qual elaborar seu trabalho, tente uma política ministerial. Se você for um conselheiro de um ministro, diga "que tal ter uma política de avaliação para o seu Ministério?".

O que você fez pessoalmente como praticante de avaliação?

Primeiro, ensinei outros avaliadores. A primeira coisa que você faz é olhar se há alguma pergunta que foi gerada ou feita que reflete remotamente que uma pessoa busca a igualdade de gênero. Muitas vezes não há nenhuma, e quando não há, seja nos termos de referência ou nas questões de avaliação, você negocia "que tal isso? Podemos fazer isso, não é? Parece algo que você deseja que nós façamos?". Então negociamos isso. No momento estou fazendo uma avaliação no setor agrícola e havia muito pouco sobre gênero. Foi quando eu disse "ah, aliás, achamos que essa revisão se beneficiaria com um olhar de gênero, sabe?". E eles responderam "Ah, é mesmo? Nós, uhm... talvez igualdade de gênero não, sabe, é... não estamos olhando para isso nesse sentido". Como você não enxergaria isso nesse sentido? Agricultura? No continente africano, onde até 70% do trabalho agrícola é feito por mulheres, certo? Então, se você está tentando melhorar as práticas agrícolas, teria que olhar para gênero.

Então, você pergunta como estamos avançando com avaliações sensíveis a gênero? Não está funcionando muito bem, é difícil. A igualdade de gênero ainda é muito contestada, por causa do privilégio masculino, mas não só. Qualquer tipo de privilégio tem um controle muito forte sobre as pessoas e o privilégio não vai embora fácil, é preciso lutar para abandoná-lo.

Deixe-me dar o exemplo do Quênia novamente, porque é onde eu moro. Essa Constituição, que é realmente ótima, foi considerada uma das melhores do continente quando foi finalmente promulgada em 2010. Uma das cláusulas dizia que o Legislativo deve aprovar um projeto de lei, que eventualmente se torne lei, que proíba qualquer gênero de ocupar mais de 2/3 dos



cargos e vagas em qualquer estabelecimento governamental. Estamos em 2020, são 10 anos desde então, e o Parlamento não foi capaz de aprovar essa lei. Então, alguns meses atrás, com base na mesma Constituição, o Chefe de Justiça da Federação convocou o Presidente para dissolver todo o Parlamento porque eles não foram capazes de fazer essa lei. Isso estava escrito na Constituição, essa era a base de seu poder para fazer isso, e o engraçado é que todo mundo se rebelou, e o que ele estava fazendo era seu direito. A verdade é que o projeto de lei já voltou à estaca zero umas cinco vezes e cada uma dessas cinco vezes os números da casa na hora da votação não foram suficientes.

O mais incrível é que o Quênia é um caso realmente interessante porque os números mostram que as mulheres mais jovens, abaixo de uma determinada idade, digamos cerca de 40, 45 anos estão se saindo muito melhor do que seus colegas homens, profissionalmente, emocionalmente, trabalhando duro. E por isso digo aos meus amigos e colegas: "Vocês não prevêm um futuro, que já está quase aqui, no qual o jogo vire e as mulheres sejam as que não aceitam os homens, porque elas agora são os dois terços?". Ninguém quer pensar nisso. É inacreditável. Eles não disseram 2/3 das mulheres ou 2/3 dos homens. Não, eles disseram 2/3 de qualquer gênero. Então, hoje os homens são os que têm o privilégio. O jogo poderia virar. Em mais 5 anos, 20 anos talvez, o que aconteceria? É inacreditável pensar que a igualdade de gênero ainda é contestada.

Eu tenho um outro exemplo. Fizemos alguns trabalhos na Agenda Africana para o Desenvolvimento e também em Redes de Avaliação sobre a Declaração de Paris. Pegamos literalmente os 12 indicadores da Declaração e propusemos, para cada um desses indicadores, uma visão de gênero para ver como isso poderia ser adotado. Durante a época em que a Declaração de Paris estava sendo discutida, antes da Conferência de Busan, eu fui convidada ao Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris para apresentar estes indicadores de gênero. Era uma reunião da GenderNet e estavam lá oficiais de gênero da OCDE, os membros da GenderNet e o presidente do Comitê, que estava presidindo a reunião. Eu apresentei os indicadores e disse "Isto é o que desenvolvemos" e ele disse algo como "Sim, são muitos!" com apenas um aceno de mão. Depois que ele fez isso, ninguém mais disse mais nada. Foi um homem velho e branco que pensou "O quê é isso? Agregando uma perspectiva de gênero para todos esses indicadores? O que isso significa?" e esse foi o fim da conversa. Fiquei tão desapontada, tão desolada, que literalmente acabei engavetando aquele trabalho. Então a contestação é real, mas nós lutamos para tentar fazer o que podemos nesses pequenos espaços. No nível micro é muito difícil, mas tentamos convencer um avaliador de cada vez e esperamos que em algum momento a mensagem vá longe.

Nós observamos, no Brasil e em outros países, um interesse significativo em avaliação anti-racista. Como você vê essa agenda? Como ela se apresenta no seu trabalho e no trabalho com países africanos?

Eu preferiria chamar de avaliação descolonizante ao invés de anti-racista. E isso está aparecendo cada vez mais nos últimos dois anos. Na verdade, enquanto eu estou falando, alguns de nós fomos convidados pela Universidade Wits, na África do Sul, que hospeda o Centro Africano Clear de Avaliação e Resultados. Nos pediram para fazer vídeos curtos sobre avaliação e descolonização; e basicamente o que isso quer dizer é: o que é autenticamente africano? O que significa Avaliação "*Made in Africa*"?

Porque muitas vezes existe essa noção de que avaliação é um conceito estranho para nós. Por ter crescido em uma pequena cidade, conhecia os chefes e líderes locais. A cidade pequena era organizada por categorias de idade, então você pertence à sua faixa etária. Quando vocês têm idade suficiente, vocês podem começar a fazer as coisas juntos e fazer reuniões se quiserem, para decidir "vamos fazer isso, vamos fazer aquilo" e a hierarquia estava muito clara, havia chefes de pequenas partes da cidade e havia o chefe da cidade e o chefe-maior. Se o chefe-maior quisesse saber de alguma coisa, ele perguntava aos outros chefes o que estava acontecendo ali, o que estava acontecendo lá. Se algo de ruim acontecesse em uma vila ou cidade, eles tinham meios de descobrir e formas de punir, então não se pode dizer



que não há pensamento avaliativo. A maneira como você faz, de onde você vem pode ser um pouco diferente da forma como fazemos aqui, mas assumir, só porque você não conhece ou não vê, que isso é inexistente, é um pouco ridículo.

O que está acontecendo agora é o pensamento em torno da Avaliação "Made in Africa". Bagele Chilisa fez um trabalho basicamente tentando entender e sublinhar a filosofia ubuntu, a filosofia africana que é coletiva, que é participativa, que não é individualista e então o movimento agora é tentar entender a avaliação do "Made in Africa".

Como africanos, valorizamos o sentimento de união. A união é central para a nossa própria existência. Mas nossa educação formal, a qual tem sido uma educação completamente ocidental, nos fez ir do coletivo para o individual, da cooperação para a competição, ir do "todos ganham" para "o vencedor leva tudo". E a maioria de nós passa a maior parte do tempo na educação formal e, nesse processo, o que estamos fazendo é absorvendo os valores que vêm com a educação formal. Vocês no Brasil deram ao mundo Paulo Freire e foi ele quem nos ensinou que o que a gente tem na educação formal é opressivo, não é liberdade.

É muito difícil quando você está tentando pensar na língua de uma outra pessoa, e por isso é esperado de nós, como um povo, e provavelmente passamos a supor isso, que esta competição agora é a nossa tradição, enquanto que eu cresci sabendo que quando você tinha um trabalho significativo a fazer em sua fazenda, em seu pátio, ou em sua pequena aldeia, você chamava as pessoas, você não fazia isso sozinho. E nesse contexto não seria uma pessoa que levaria a glória pelo trabalho, seria "conseguimos, o trabalho foi feito, por isso estamos felizes".

E isso está acontecendo nas Associações de Avaliação da África. Toda vez que temos uma conferência, onde você tem a maior concentração de avaliadores sendo formados, temos dezenas de oficinas e três quartos das pessoas que oferecem oficinas vêm de instituições do norte global. E nessas oficinas aprendemos certas técnicas, como as técnicas de monitoramento baseado em resultados (RBM), o desenho de marcos lógicos, sua utilização, etc. Mas não o pensamento por trás do marco lógico, não algo que provoque a pensar: "bem, se a pergunta for assim, talvez você deva tentar este método". Você nem mesmo entende como ser eclético porque não entende as suposições por trás dos métodos. E o mais interessante é que você é treinado lá e absorvido por essas redes cuja linguagem é a linguagem RBM, e então tudo que você está ouvindo é uma repetição das mesmas técnicas, das mesmas coisas. Em certo sentido, não há permissão para pensar fora da caixa. Você acaba sendo taxado de ser um avaliador participativo, ou esse tipo de avaliador, ou aquele tipo de avaliador, e não podemos nos dar ao luxo de tentar dizer "ei, pode haver outra coisa aqui, algo mais pode estar lá". Em algum momento devemos chegar a um acordo sobre o que está acontecendo e talvez você precise se fazer a pergunta "Do que se trata isso? Trata-se de aprender o que funciona na minha situação, no meu contexto?"

Na última conferência da Sociedade Europeia de Avaliação, em Tessalônica, um avaliador britânico muito respeitado disse-me: "Então, o que é isso, que barulho é esse, Florence, sobre a avaliação 'Made in Africa'". Eu disse a ele: "Não se preocupe, quando eu encontrar algo explicando o que é, vou mandar para vocês". Achei muito condescendente, como se dissesse que nós estamos brincando. Para mim, tudo o que estamos dizendo é que vamos descolonizar a prática da avaliação e realmente avaliar com base em competências culturais.

Competência de base cultural significa que você precisa entender o contexto: cultura onde essa avaliação está acontecendo, o que os próprios beneficiários foram, como eles foram imersos, como são cultivados, se a intervenção se misturou culturalmente e o que produziu. Desse modo, entendemos o impacto da colonização e tentamos desconstruir tudo dele. Há um espaço lá para cada grupo que se sente um estranho e se empoderando e isso é, para mim, a descolonização. A descolonização política aconteceu, pois os países conquistaram a sua independência. Mas a descolonização mental é um processo muito mais insidioso porque muitas vezes colocamos o espelho em nossos rostos e é um processo muito difícil. Por exemplo, sou uma africana e eu tendo a lutar com o fato de que a maioria dos africanos que tiveram acesso à educação valorizam as coisas que são do norte global. Eu não. Em certo sentido, talvez seja um luxo para mim dizer isso, mas o que quero dizer é que o modo como fomos educados (colonizados) foi tão bem-sucedido, que não sabemos o que estamos fazendo.



Alguém me pergunta como a África contribuiu para o mundo. O fato de não termos esses grandes templos e coisas assim é porque construímos os nossos com barro. Esta foi a maneira mais ecologicamente sensível e respeitosa de construir para que a floresta possa retomá-los de volta em 2 anos, e não se veja mais nada quando volta àquele local. Então, se tivéssemos construído com concreto como aquelas grandes cidades, a floresta demoraria muito para retomar e para se regenerar. Então, em termos de sensibilidade ecológica, tratamos as florestas, os rios e as coisas da natureza quase como deuses, e, por isso, tratamo-nos com esse tipo de respeito. Mas é claro que isso é, para o capitalista médio, absurdo. Está acontecendo no Brasil, onde a floresta está partindo com um incêndio fora de controle.

Algum comentário final Florence?

Este ano tivemos um pequeno projeto e estávamos basicamente tentando trabalhar com parlamentares para ver como eles poderiam promover uma política nacional em políticas públicas baseadas em avaliação. Um ano antes tínhamos feito o estudo sobre a política, sobre o sistema nacional e, portanto, no ano passado e no início deste ano, tínhamos um pequeno projeto para trabalhar com um grupo de parlamentares. Não há uma comissão permanente do parlamento que trata de monitoramento e avaliação de projetos ou políticas governamentais. O que eles têm é um comitê de tomada de decisão baseado em evidências que começou a atuar de forma muito fraca e lenta. Um membro da casa decidiu levar essa ideia adiante, então apoiamos e trabalhamos com eles para lançar o plano estratégico. Entretanto, o ponto principal é que eles são voluntários e que não há apoio do líder oficial. É uma convenção de partidos, então não é um comitê permanente. O que está claro é que você precisa de adesão política se quer ampliar sua agenda avaliativa. Então, novamente, para mim, avaliação é uma necessidade humana, uma religião com um "r" minúsculo e um exercício técnico.

Fonte de financiamento

Não há.

Conflito de interesse

Não há.